


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público<< Campo excluído do banco de dados >>**
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0005290-30.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Mario Sergio Spinazola São Carlos Me**
 Requerido: **Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

MARIO SERGIO SPINAZOLA SÃO CARLOS ME, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Sumário em face de Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda, também qualificada, alegando ter sido surpreendido pelo apontamento a protesto, pela ré, da duplicata mercantil nº 94139381/1 no valor de R\$ 410,60, do qual teria sido notificada para pagamento em 06 de fevereiro de 2012, porquanto a mercadoria entregue pela ré, por ter sido entregue em desacordo com seu pedido, teria sido devolvida àquela, nos termos da nota fiscal de devolução que acosta à inicial, o que tornaria a duplicata desprovida de lastro comercial, requerendo assim a declaração de inexistência do débito com o cancelamento definitivo do apontamento a protesto do título, e que seja a ré condenada ao pagamento de indenização pelo dano moral no valor equivalente a cinquenta (50) vezes o valor do apontamento.

A ré contestou o pedido sustentando que a devolução da mercadoria não teria observado os procedimentos que ela, ré, exige para tanto, não tendo o autor feito prova de que tenha encaminhado pelo correio com AR a comunicação de devolução da mercadoria, de modo que o apontamento do título teria configurado exercício regular de seu direito, dado que a devolução da mercadoria teria decorrido de "capricho" (sic.) do autor, não havendo se falar em dano moral a ser indenizado, razões pelas quais concluiu pela improcedência da ação.

O autor não replicou.

É o relatório.

Decido.

Segundo a prova documental acostada à inicial, a mercadoria teria sido devolvida à ré sob a justificativa de estar "*fora do prazo combinado*" (sic., fls. 17).

Embora a causa de pedir faça referência a uma nota fiscal de devolução que a ela estaria acostada, tal documento não existe nos autos, com o devido respeito, existindo tão somente um conhecimento de transporte referente à remessa da mercadoria pela ré ao autor, no qual anotado "*devolução 04/01/12*" (fls. 18).

Os e.mail's que se seguiram nessa prova documental datam do período de 04 de outubro de 2011, e trataram da aquisição de mercadorias para "*entregar no mês de novembro*" (sic., fls. 20), existindo, no e.mail de 28 de novembro de 2011, pedido do autor para "*verificar datas de entrega do pedido confirmado, (...), pois até agora não recebemos nada*" (sic., fls. 19).

Daí seguiu-se, em 07 de fevereiro de 2012, um e.mail do vendedor da ré, questionando o autor nos termos seguintes: "*recebi um e.mail sobre a duplicata 139381/1. Você*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

devolveu a mercadoria, poderia me explicar melhor o ocorrido?" (sic., fls. 19).

Ou seja, a ré, em 07 de fevereiro de 2012, tomou conhecimento da devolução da mercadoria, conforme claramente indica o teor do e.mail acima transcrito.

O apontamento a protesto, por sua vez, já havia ocorrido anteriormente, em 03 de fevereiro de 2012, conforme consta da notificação de fls. 15.

Ou seja, ainda que o autor possa ter razão no que diga respeito a um atraso da ré no cumprimento das datas de entrega da mercadoria, para que a devolução da mercadoria se realizasse de modo legítimo, cumpria-lhe primeiramente explicar com clareza as consequências que a não observância dessas datas de entrega, pela ré, trouxeram para ele, autor.

Depois, cumpria-lhe observar o quanto regulado pela legislação para a formalização do ato da devolução da mercadoria, a partir da regular emissão de nota fiscal, visando formalizar o ato comercial.

Ainda que se possa admitir a inexistência do débito, porquanto a própria ré admita a devolução da mercadoria, a contribuição do próprio autor para o apontamento do título é manifesta, não havendo, pois, se falar em dano moral.

A ação procede tão somente em parte, no que respeita à declaração de inexigibilidade da dívida representada pela duplicata mercantil nº 94139381/1 no valor de R\$ 410,60, emitida em 26 de dezembro de 2011 com vencimento para 27 de janeiro de 2012, ficando compensados os encargos da sucumbência, sendo procedente a ação cautelar de sustação de protesto em apenso, autos nº 566.01.2012.003045-8, de modo a tornar definitiva a medida nela deferida, para também nela compensar-se os encargos da sucumbência, considerando o tardio conhecimento da devolução da mercadoria pela ré.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que DECLARO INEXIGÍVEL a duplicata mercantil nº 94139381/1 emitida pela ré Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda, em 26 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 410,60 com vencimento para 27 de janeiro de 2012, em nome do autor MARIO SERGIO SPINAZOLA SÃO CARLOS ME, ficando compensados os encargos da sucumbência, na forma e condições acima; JULGO PROCEDENTE a ação cautelar de sustação de protesto em apenso, autos nº 566.01.2012.003045-8, de modo a tornar definitiva a medida nela deferida, compensados os encargos da sucumbência, também na forma e condições acima.

Sirva-se de cópia do presente como mandado, dirigindo-o ao Cartório de Protestos para sustação definitiva do protesto da duplicata mercantil nº 94139381/1, nos termos do que autorizam os Pareceres Normativos CGJ nº 902/2007-J e nº 631/2011-J.

P. R. I.

São Carlos, 10 de março de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**